

Revolução Liberal: relação circunstanciada de testemunhos evocativos (1820-1823)

Adelaide Brochado

Este contributo em torno da homenagem à Revolução Liberal insere-se no âmbito do duocentenário das suas comemorações e constitui uma abordagem subsidiária para estudos e investigações no âmbito da temática evocada.

Produzida com base em fontes documentais do Arquivo Municipal de Lisboa, teve como objetivo proporcionar o conhecimento de documentação que, no contexto visado, integrasse conteúdos informativos que espelhassem práticas e formas de atuação da administração periférica e que, em simultâneo, evidenciassem a articulação dos procedimentos administrativos da Câmara de Lisboa com o poder central.

Para sustentáculo do arrolamento facultado, a ponderação do universo documental a utilizar foi equacionada com base na conjugação de critérios cronológicos, temáticos e tipológicos, tendo resultado no estabelecimento de um intervalo de tempo e na identificação de uma amostra estratificada em diferentes coleções temáticas e tipologias documentais com indícios de maior probabilidade de obtenção de resultados.

A delimitação cronológica foi fixada entre setembro de 1820, altura em que os livros de registo do Senado da Câmara de Lisboa passaram a integrar os primeiros testemunhos evocativos da matriz liberal – “Entrada [em Lisboa] do Governo do Porto”¹ e a “União dos Governos de Lisboa e Porto”² – e o último trimestre de 1823, contemporâneos do “Juramento da Constituição Política da Monarquia”³ e do “Restabelecimento da Monarquia Independente”⁴.

Na seleção de fontes, o enfoque foi direcionado para a documentação reunida nos conjuntos documentais Chancelaria Régia e Chancelaria da Cidade, com particular aplicabilidade para tipologias de teor estatutário, regulamentar e consultivo.

Nesta perspetiva, foram objeto de análise, entre outros diplomas, decretos, avisos das cinco secretarias de Estado (Negócios do Reino, Fazenda, Justiça, Marinha e Guerra), portarias do Governo do Reino, resoluções régias e consultas do município de Lisboa, por refletirem um conjunto de disposições a observar por parte

¹ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 94.

² *Idem*, doc. 96.

³ AML, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 29 a 29v.

⁴ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 70.

dos órgãos e do oficialato da administração municipal e por integrarem matérias para as quais não existia legitimidade para decisão autónoma ou por encerrarem assuntos que, por suscitarem dúvidas, careciam de esclarecimento ou de confirmação.

Para apreciação, reuniram-se ainda documentos de feição publicitária, editais e anúncios, uma vez que agregam determinações tanto do poder central como do poder local, relativas a circunstâncias políticas, institucionais, celebrativas e financeiras, ou outras ocorrências que, pelo impacto estrutural, eram consideradas pelos políticos merecedoras de serem objeto de atenção e apreensão generalizada.

Os dados aferidos a partir do universo documental estimado foram ordenados cronologicamente, por ordem crescente de datas do registo efetuado na Câmara de Lisboa, na maior parte dos casos da autoria de Manuel Cipriano da Costa, cujo cargo de escrivão é transversal ao Senado da Câmara de Lisboa e ao período de vigência da Câmara Constitucional, sendo também da sua autoria os discursos proferidos, com dois dias de diferença, a 11 de dezembro de 1822, na última Sessão do “Extinto Senado”⁵, e a 13 de dezembro do mesmo ano, na Assembleia inaugural da “Nova Representação da Cidade”⁶.

A data do registo é, na maior parte das ocorrências, posterior à data dos diplomas inclusos nos resumos dos documentos elencados, dependendo o diferencial de tempo ser mais ou menos dilatado, consoante se trate de documentação expedida para a Câmara de Lisboa, proveniente da Corte, no Rio de Janeiro, ou procedente do Governo do Reino.

Para cada data de registo, a sistematização de dados contempla ainda outros elementos de informação como uma descrição sumária de cada testemunho evocativo, seguida da identificação da fonte documental a partir da qual os dados foram apurados.

O teor de cada um dos documentos selecionados e resumidos apresenta informação que possibilita contextualizar e inferir interpretações respeitantes a acontecimentos políticos, institucionais e, em simultâneo, acrescentar o enquadramento dos mesmos em suporte legal. Pelo cariz estruturante que lhes é subjacente e pela importância de que se revestiram em diversas vertentes da trajetória dos alvares do Liberalismo, foram assinalados pelos atores envolvidos nos processos de decisão para divulgação e celebração como é o caso da “Constituição do Governo Supremo”, publicitada por Edital do Senado da Câmara a 23 de agosto de 1821 e que anuncia o teor da Resolução das *Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, de 26 de abril de 1821 que determinava o dia 15 de setembro fosse a data de festividade nacional a celebrar com gala, salvas, embandeiramento de fortalezas e de navios de guerra e habituais demonstrações de júbilo e de regozijo⁷.

A viabilização das celebrações dependia, para além do quadro teórico que as legitimava, de recursos humanos e financeiros. As festividades da causa liberal foram, tal como todos os eventos na cidade de Lisboa, realizadas em espaços públicos, seculares ou eclesiásticos e organizadas a expensas dos Cofres da Cidade. Veja-se a título de exemplo as celebrações do 15 de setembro de 1820, que evocaram a Regeneração Política e implicaram para a tesouraria municipal um gasto em despesas extraordinárias de 8.853.890 réis no triénio de 1820 a 1822, valor repartido parcelarmente por 1820 (4.883.010 réis), 1821 (3.774.035 réis) e 1822 (196.845 réis).

A exceção ao financiamento das festas evocativas, entre 1820 e 1823, deve-se à coadjuvação por parte de particulares identificados com o ideário liberal e que pontualmente efetuavam doações a título de ajudas de custo para a causa liberal. Neste contexto, integra-se o registo no Senado da Câmara de Lisboa, de 17 de julho de 1821, de uma carta enviada por um anónimo, que assina como “cidadão constitucional”⁸, e na qual anexa, a título

⁵ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 197.

⁶ *Idem*, doc. 200.

⁷ *Idem*, doc. 125.

⁸ AML, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 13v a 14.

de doação, a quantia de 525.000 réis, em papel moeda, para ajuda no financiamento ao monumento evocativo da Regeneração Política, a erigir na praça do Rossio⁹, antecedendo, em cerca de dois meses, o anúncio público do lançamento da primeira pedra¹⁰.

Em matéria de organização de eventos, a prerrogativa municipal constitui atributo e característica transversal a várias épocas da história da cidade e, à semelhança de outros momentos, as iniciativas ligadas à evocação da festividade de 15 de setembro de 1820 foram objeto de assento pormenorizado em Auto pelo Senado da Câmara de Lisboa, que, na qualidade de promotor do evento, assegurou todas as providências para a sua viabilização¹¹.

Algumas tradições de períodos mais remotos são recuperadas em época posterior, como o caso da festa evocativa da trasladação de São Vicente que, a pedido do Cabido da Sé de Lisboa, por ser serviço de Deus e honra do Santo Padroeiro da Cidade, foi mandada restaurar por Carta Régia de D. Filipe III, de 5 de novembro de 1631¹². Em conformidade com este tipo de recorrências, situa-se também a festividade do Mártir São Sebastião, retomada e reeditada a 17 de abril de 1823. A importância dada à recondução do evento é evidenciada pela publicitação da Câmara Constitucional de Lisboa, da transferência da delegação eleitoral da freguesia de São Sebastião para a do Sacramento, em virtude do tradicional dia de evocação do Mártir São Sebastião coincidir com datas da agenda eleitoral¹³.

A intervenção da cidade na organização de efemérides consistia essencialmente no assegurar um conjunto de providências que, entre outras medidas, passava pela angariação de materiais e de mão de obra para construção de infraestruturas e de adereços de arte efémera, limpeza e adorno de locais escolhidos para celebração coletiva e articulação com organizações civis, militares e eclesiásticas. É o caso, no período cronológico abordado (1820-1823), entre outros, da interação com a Academia de Santa Cecília, que participava nas sessões de música de forma gratuita ou mediante pagamento, da colaboração com a Guarda da Polícia e com os Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Caçadores para escoltas de honra, ou do estabelecimento de parcerias com a Colegiada de Santo António e com a Sé Patriarcal, que colaboravam na disponibilização de espaços e de oradores para missas solenes, sermões, pregações e fornecimento de recursos humanos para vocalização de hinos *Te Deum*.

Apesar das festividades elencadas entre 1820 e 1823 estarem ligadas, na maior parte dos casos, a acontecimentos políticos e de servirem fins ideológicos, o cerimonial associado baseava-se em tradições e permaneceu, na essência, praticamente inalterável, facto visível no que diz respeito à observância do uso e costume em toda a encenação da entrada de D. João VI, na cidade de Lisboa, no dia 4 de julho de 1821, “Feita debaixo das Ordens do Senado da Câmara e às despesas do Cofre da Cidade, segundo o Regulamento do Regimento do Senhor Rei D. Manoel de 30 de agosto de 1502”¹⁴.

A Carta Régia de D. Manuel I, de 30 de agosto de 1502¹⁵, inclusa no *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara*, vulgarmente designado como Livro Carmesim, fixa determinações para o cerimonial a observar nas entradas régias e prevê o posicionamento dos participantes consoante a hierarquia dos poderes representados ou mediante a importância social de que eram detentores. Estipula ainda todo um normativo detalhado para a

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 129.

¹¹ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, Auto de toda a festividade nacional do dia quinze de setembro de mil oitocentos e vinte e hum, pelo Senado da Câmara, doc. 129.

¹² AML, Chancelaria Régia, Livro de festas, f. 242 a 244v.

¹³ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 35.

¹⁴ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 122.

¹⁵ AML, Chancelaria Régia, Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da Câmara, f. 18.

cerimónia de entrega das Chaves da Cidade e para o discurso a proferir na ocasião: “que esta mui nobre e sempre leal cidade lhe entrega as chaves de todas as portas e dos leais corações de seus moradores e de seus corpos e haveres pêra todo o seu serviço”¹⁶.

A matriz do ritual cerimoniático é mantida no *Desembarque de D. João VI* no Cais da Pedra, continuando praticamente inalterável o procedimento de formalização da lealdade da cidade, mediante a entrega de “duas chaves de prata douradas, primorosamente obradas, nas quaes se vião levantadas em relevo as Armas da Cidade”¹⁷, e o discurso de boas vindas, proferido pelo Conselheiro Vereador José de Abreu Bacelar Chichorro, nos seguintes termos: “A Cidade, pela mão do Senado da Câmara seu representante, tem hoje o inexplicável gosto de entregar nas Reaes Mãos de V. Magestade as chaves das suas portas, e com ellas as dos seus corações: E eu a quem a sorte conferio esta honra, contarei sempre este instante pelo mais feliz da minha vida”¹⁸.

A tónica de continuidade abrange ainda o restante esquema organizativo, particularmente na diversidade decorativa através de inúmeros dispositivos, no recurso a aparatos como o fogo de artifício e nas habituais demonstrações públicas de júbilo com aclamações e vivas, dadas pela população que assistia ao trajeto do cortejo real, desde o Terreiro do Paço até à Sé Patriarcal e daí rumo ao Palácio das Necessidades: “por toda a parte o povo se excedia em Acclamações e vivas, disputando-se nas demonstrações do seu contentamento”¹⁹.

Todavia, apesar dos sinais extrínsecos do formato das saudações permanecerem, a mudança introduzida pelo cunho liberal está presente nos elementos intrínsecos dos motes, deixando de se dar vivas ao Rei e passando a dar-se vivas ao Rei Constitucional. Esta componente de diferença na essência da forma de saudar refletia uma nova realidade, na qual, nos termos do estipulado em Decreto das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 3 de julho de 1821, era considerado perturbador da ordem e do sossego público todo aquele que levantasse, por ocasião do desembarque de D. João VI, vivas que não fossem à Religião, às Cortes, à Constituição, ao Rei Constitucional e à Real Família²⁰.

Paralelamente, também os atores envolvidos em todo o cerimonial representavam as componentes do regime monárquico constitucional, notório no percurso do cortejo organizado para a entrada régia, com início no Terreiro do Paço, em que seguem o coche real, por ordem de proximidade, os deputados de Cortes seguidos dos oficiais do Senado da Câmara²¹.

O projeto decorativo e ornamental dos vários troços da celebração eram da responsabilidade camarária e a expensas da Fazenda da Cidade. O cerimonial do desembarque, celebrado a 4 de julho de 1821, entre o Cais da Pedra e a Igreja da Sé Patriarcal, custou aos cofres municipais 5.569.450 réis, acrescidos, passados dezanove dias, da despesa de 1.867.420 réis, com a celebração da *Ação de Graças pela pela Feliz Chegada de D. João VI* na Igreja de Santo António²².

Entre 1820 e 1823, o sustentáculo financeiro das celebrações evocativas ligadas a acontecimentos políticos ou à tradição advinha significativamente de receitas da administração municipal, provenientes de rendimentos das propriedades foreiras da cidade, de impostos e de contribuições municipais e de cobranças de direitos decorrentes de diversas áreas da esfera de atuação de responsabilidade camarária: “Propriedades e de Lugares Públicos”, das

¹⁶ *Idem*, f. 19.

¹⁷ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 122.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Idem*, doc. 119.

²¹ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 122.

²² *Idem*, doc. 124.

“Novas Licenças” do “Marco dos Navios”, do “Ver o Peso”, da “Variagem”, do “Tragamalho” da “Almotaçaria das Execuções” da “Mealharia”, dos “Donativos das Lenhas” da “Estância Pública” dos “Foros da Cidade e Termo” dos “Laudémios” do “Alqueidão” da “Chancelaria” da “Prestação Anual do Terreiro” de “Alguns Devedores por Conta” e da “Executoria por Execuções”²³.

Apesar de todos os gastos com festividades ligadas a acontecimentos políticos ou realizadas segundo a tradição, os cofres da Cidade registam, a 4 de janeiro de 1823, um saldo positivo de 3.652.353.000 réis²⁴.

Para especificação complementar do binómio celebrações-custo associado, disponibiliza-se em anexo ao arrolamento de testemunhos evocativos (1820-1823) um quadro sinóptico de despesas com celebrações, organizado por data do acontecimento celebrado, seguido da respetiva identificação (designação e local) e desdobrado, por sua vez, em especificidades tocantes a tipos e objetos de despesa com associação de registo do valor total (em réis) despendido em cada uma das ocasiões.

A *relação circunstanciada de testemunhos evocativos (1820-1823)* com focalização na articulação acontecimento-celebração permite constatar que a festa está ligada ao acontecimento da implantação do Liberalismo, ainda que radicando em tradições, usos e costumes que em termos de estereótipos só muito lentamente sofrem modificação. “O que verdadeiramente interessa é ver o que sucede a um repertório de temas e símbolos recebidos quando é chamado a participar numa renovação artística, ou é utilizado para fins ideológicos, numa dada situação. É precisamente a relação entre a tradição e conjuntura que permite verificar a flexibilidade dos modos de expressão da festa”²⁵.



REVOLUÇÃO LIBERAL: RELAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DE TESTEMUNHOS EVOCATIVOS (1820-1823)

Data(s)	Resumo	Suporte documental
12 setembro 1820	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução da Carta Régia e do Aviso de 9 de setembro de 1820, que determinavam a eleição de dois procuradores para representar a cidade nas Cortes e que inquiriam quanto à forma como anteriormente se procedia à nomeação de tais representantes.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 3º de registo de consultas de D. João VI, f. 65v a 66v.
13 setembro 1820	Registo da carta dos governadores do reino, de 9 de setembro de 1820, a determinar, em nome de D. João VI, que o Senado da Câmara de Lisboa eleja dois procuradores para participarem nas sessões de Cortes convocadas para o dia 15 de novembro de 1820 na cidade de Lisboa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de de registo de decretos de D. João VI, f. 66 a 67.
17 setembro 1820	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com luminárias nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 1820.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 91.
30 setembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar três noites de luminárias por ocasião da entrada na capital da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 93.

²³ AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 75.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ JACQUOT, Jean – *Les fêtes de la renaissance*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1956-1970. vol. I, p. 13.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
3 outubro 1820	Registo do Senado da Câmara de Lisboa da relação de despesa efetuada com luminárias nos dias 1, 2 e 3 de outubro de 1820, por ocasião da entrada do Governo do Porto na capital do reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 94.
12 outubro 1820	Registo da Portaria da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 12 de outubro de 1820, sobre a Representação do juiz do povo que, com fundamento na Resolução régia de 24 de novembro de 1783, pretendia em ações públicas, posicionar-se no seguimento dos procuradores da cidade e na mesma linha em que vereadores e escrivão da Câmara tinham lugar, e não em diferentes fileiras como agora se praticava.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de de registo de decretos de D. João VI, f. 70 a 70v.
24 novembro 1820	Registo da relação de despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa, no dia 24 de novembro de 1820, com a festividade de Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Igreja de São Domingos, por ação de graças pela união dos Governos de Lisboa e do Porto.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 96.
28 novembro 1820	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 28 de novembro de 1820, a solicitar ao Senado da Câmara que remeta 200 exemplares das <i>Instruções e Adições ao Regulamento das Eleições dos Compromissários, Eleitores e Deputados às Cortes Extraordinárias</i> que vão ser convocadas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 22 a 23.
1 dezembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a obrigatoriedade dos juizes, dos escrivães e dos alcaides de cada um dos julgados da cidade se apresentarem nas igrejas, às ordens dos ministros designados para presidirem as eleições.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 98.
1 dezembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o envio a cada um dos párocos das freguesias do termo da cidade de três exemplares das Instruções para as Eleições dos Deputados das Cortes segundo o método estabelecido na Constituição Espanhola e adotado para o Reino de Portugal, declarando-se a obrigatoriedade de todos os homens maiores que 25 anos, seculares ou eclesiásticos seculares, serem convocados para o ato eleitoral.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 99.
4 dezembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar as listas das freguesias do termo de Lisboa, distribuídas por dezasseis presidenciais da responsabilidade dos ministros nomeados segundo as ordens régias remetidas à cidade em 28 de novembro de 1820.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 100.
5 dezembro 1820	Registo da Portaria da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 1 de dezembro de 1820, sobre o requerimento dos oficiais da Secretaria e da Mesa da Contadoria do Senado da Câmara, que solicitavam ajudas de custo por terem participado com todo o aparato no <i>Te Deum</i> celebrado na Igreja de São Domingos.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 76v a 77.
6 dezembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a nomeação de ministros para as presidenciais das paróquias de Lisboa.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 103.
9 dezembro 1820	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a ordem para que todos os edifícios da sua administração fiquem iluminados nas noites dos dias 10 e 17 de dezembro, em celebração da Regeneração, da <i>Instauração de Direitos do Cidadão e da Constituição</i> .	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 104.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
9 dezembro 1820	Registo do Edital do Senado da Câmara de Lisboa a anunciar a iluminação da cidade nas noites dos dias 10, 17 e 24 de dezembro, em celebração da Regeneração Política da Pátria e pela solenidade com que deveriam ter lugar as Juntas Eleitorais de Paróquias, de Comarcas e de Províncias.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 105.
12 dezembro 1820	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 11 de dezembro de 1820, a agradecer e a louvar o Senado da Câmara de Lisboa pelas medidas tomadas para a celebração das Cortes.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 11.
19 dezembro 1820	Registo do Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 11 de dezembro de 1820, no qual se louvava e agradecia à Cidade as providências tomadas para a celebração das Juntas Eleitorais de Paróquia.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 106.
24 dezembro 1820	Registo da relação da despesa efetuada nos dias 10, 17 e 24 de dezembro de 1820 pelo Senado da Câmara de Lisboa, com luminárias e com o bando que em fausto as precedeu, por ocasião das eleições paroquiais, de províncias e de comarcas.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 107.
24 janeiro 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 24 de janeiro de 1821, a determinar ao Senado da Câmara que publicite a <i>Instalação das Cortes Extraordinárias</i> , com a dignidade e magnificência pretendidas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 21v a 22.
28 janeiro 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias dos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 1821 por ocasião da publicação da abertura das Cortes a que precedeu um bando que se mandou sair com o fausto que a celebração exigia.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 107b.
4 fevereiro 1821	Registo do Decreto das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 30 de janeiro de 1821, a determinar a formação de um Governo de Regência, constituído por cinco membros e por cinco Secretarias de Estado, para que, em nome de D. João VI, exerçam o poder executivo.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 82v.
4 fevereiro 1821	Registo do Decreto das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 30 de janeiro de 1821, de nomeação de desembargadores para as cinco Secretarias de Estado fixadas para a vigência do Governo de Regência do Reino.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 83 a 83v.
4 fevereiro 1821	Registo do Decreto das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 30 de janeiro de 1820, que determina a fórmula a usar pela Regência do Reino na expedição de portarias e ordens para exercício do poder executivo.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 83v.
15 fevereiro 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias de 15 de fevereiro de 1821, por ocasião da chegada dos deputados da ilha da Madeira.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 107c.
20 fevereiro 1821	Registo da relação da despesa efetuada com as eleições dos deputados para as Cortes realizadas na sala do Senado da Câmara de Lisboa e com o <i>Te Deum</i> na Igreja de Santa Maria Maior, no final de 1820 e no início de 1821.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 107a.
12 março 1821	Registo do Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor do Aviso da Regência do Reino, de 12 de março, que determinava qual o dia para se firmar juramento e obediência às bases da Constituição, estabelecidas em Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 108.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
15 março 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 12 de março de 1821, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa quais os procedimentos a observar nas demonstrações públicas de juramento de obediência à Constituição estabelecida em Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 34v a 35v.
22 março 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 20 de março de 1821, sobre a Representação do cônego da Basílica de Santa Maria Maior, Francisco Sales Barrancho, na qual solicitava a esmola devida pela oração no dia de celebração das Cortes.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 41.
26 março 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 24 de março de 1821, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa a obrigatoriedade do procurador da cidade mais antigo acompanhar o juramento das bases da Constituição.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 42.
27 março 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 27 de março de 1821, a remeter ao Senado da Câmara de Lisboa uma cópia do Aviso das Cortes Gerais Extraordinárias.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 45v a 46.
28 março 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar um louvor à Constituição, ao Augusto Congresso Nacional e às Cortes Gerais e Constituintes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 111.
29 março 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a festividade de Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Igreja do Convento de São Domingos, no dia 29 de março de 1821, por ocasião do juramento das bases da Constituição.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 112.
18 abril 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que remete à Junta da Fazenda da Cidade exemplares do Decreto de 24 de fevereiro de 1821, através do qual o rei aprova a Constituição elaborada pelas Cortes de Portugal.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 1.
28 abril 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a confirmação do louvor à Regeneração Política e ao Soberano que, por Decreto de 24 de fevereiro de 1821, havia anuído e prestado juramento à Constituição.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 114.
28 abril 1821	Registo do Aviso do Governo de Regência, de 28 de abril de 1821, a remeter à Junta da Fazenda da Cidade, por ordem régia, cópias do Decreto de D. João VI, de 24 de fevereiro de 1821, no qual determinava a aprovação da Constituição que as Cortes firmassem.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 1 a 1v.
30 abril 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias dos dias 28, 29 e 30 de abril de 1821 e <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António, em consequência de D. João VI ter aprovado, no Rio de Janeiro, a Constituição.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 115.
8 maio 1821	Registo do Aviso do Governo do Reino, de 8 maio de 1821, a remeter ao Senado da Câmara de Lisboa o ofício da Corte do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro de 1821, no qual se anuncia o regresso de D. João VI e da família real à capital do reino.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 2 a 2v.
19 maio 1821	Registo da Portaria da Regência do Reino, de 18 de maio de 1821, que determinava que a Procissão do Corpo de Deus se realizasse como habitualmente, segundo uso e costume, sem qualquer alteração.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 100 a 100v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
30 maio 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 29 de maio de 1821, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa quais as providências que devia tomar para as demonstrações de felicidade na comemoração do nascimento do Príncipe da Beira.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 63.
1 junho 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias dos dias 30 e 31 de maio, de 1 de junho de 1821 e com o <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António, por ocasião do feliz parto da princesa D. Maria Teresa de Bragança.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 118.
5 junho 1821	Registo do ofício do Senado da Câmara de Lisboa, de 30 de maio de 1821, dirigido à Junta da Fazenda da Cidade, sobre quais os procedimentos a observar nos festejos a realizar na capital do reino para comemoração do nascimento do Príncipe da Beira, suspendendo-se o despacho dos tribunais e proporcionando-se as demonstrações festivas conforme uso e costume em semelhantes ocasiões.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 3 a 3v.
27 junho 1821	Registo da Portaria da Regência do Reino, de 20 de junho de 1821, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa que, no cerimonial de entrada e receção de D. João VI na capital do reino, competia ao síndico e ao conservador da cidade segurar nas varas do pátio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de de registo de decretos de D. João VI, f. 104v a 105.
3 julho 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor do Decreto das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 3 de julho de 1821, que determinava que fosse considerado perturbador do sossego público todo aquele que levantasse, por ocasião do desembarque de D. João VI, vivas que não fossem à <i>Religião, às Cortes, à Constituição, ao Rei Constitucional e à Real Família</i> .	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 119.
3 julho 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar os termos do cerimonial para entradas régias a observar no desembarque de D. João VI, no Cais da Pedra.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 120.
3 julho 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a cópia do capítulo do <i>Regimento de D. Manuel</i> , de 30 de agosto de 1502, relativo ao cerimonial a observar nas entradas régias.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 121.
4 julho 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a relação circunstanciada da entrada de D. João VI na cidade de Lisboa, no dia 4 de julho de 1821, às expensas do Cofre da Cidade, na forma do <i>Regimento de D. Manuel</i> , de 30 de agosto de 1502.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 122.
4 julho 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com o <i>Te Deum</i> na Sé e luminárias por ocasião do desembarque de D. João VI no dia 4 de julho de 1821.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 123.
12 julho 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 7 de julho de 1821, a determinar três dias de gala na Corte em comemoração do regresso da família real a Lisboa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-127, f. 7.
17 julho 1821	Registo da carta de um anónimo, identificado como cidadão constitucional, a remeter ao Senado da Câmara de Lisboa, a título de doação, a quantia de 525.000 réis, em papel moeda, para ajudas de custo ao monumento evocativo da Regeneração Política, a erigir na praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 13v a 14.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
18 julho 1821	Registo do Aviso da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, de 28 de junho de 1821, a remeter ao Senado da Câmara um exemplar do Aviso das Cortes Gerais Extraordinárias com as disposições a observar no cerimonial de receção a D. João VI.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 2º de registo de avisos de D. João VI, f. 83 a 83v.
23 julho 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António, no dia 23 de julho de 1821, em ação de graças pela chegada de D. João VI à capital do reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 124.
3 agosto 1821	Registo de cópia do ofício da Secretaria do Senado da Câmara, de 27 de julho de 1821, a informar sobre os termos do disposto no Aviso régio que mandava tomar grande gala nos dias 8, 9 e 10 de julho de 1821, incluindo participação dos tribunais com chamamento ao Paço no dia 9 e com <i>Te Deum</i> na Capela Real, no dia 10.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 6v a 7.
22 agosto 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 16 de agosto de 1821, a determinar à Junta da Fazenda da Cidade o cumprimento e execução da Ordem das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa que estipulava a publicação mensal, no <i>Diário do Governo</i> , de um mapa circunstanciado de receitas e de despesas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-127, f. 8v a 9.
23 agosto 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor da Resolução das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 26 de abril de 1821, que determinava que os dias 24 de agosto, 15 de setembro, 26 de janeiro e 26 de fevereiro fossem data de festividade nacional a celebrar com gala, salvas, embandeiramento de fortalezas e de navios de guerra, e habituais demonstrações de júbilo e de regozijo.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 125.
24 agosto 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a iluminação da cidade, no dia 24 de agosto de 1821 e com o bando que a precedeu, em celebração do aniversário da Regeneração Política.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 126.
30 agosto 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a cópia da Ordem das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 27 de agosto de 1821, a estipular que na praça do Rossio fosse erigido um monumento em perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 127.
30 agosto 1821	Registo da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a obra do monumento do Rossio desde o seu início até à dispensa do respetivo encargo, por falta de verba nos cofres da cidade.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 128.
11 setembro 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a anunciar que, por Resolução das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 26 de abril de 1821, a primeira pedra para o monumento comemorativo em perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820, a erigir na praça do Rossio, seria lançada no dia 15 de setembro de 1821, sendo o ato acompanhado da pompa e solenidade próprias de uma festividade nacional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 129.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
12 setembro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a informar a Câmara de Lisboa que, por Resolução das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 26 de abril de 1821, a direção da obra do monumento comemorativo da perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820, a ser erigido na praça do Rossio, ficaria a cargo de Domingos António de Sequeira, devendo a primeira pedra ser lançada no dia 15 de setembro de 1821.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 10v.
15 setembro 1821	Registo da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António, com o lançamento da primeira pedra do monumento a erigir na praça do Rossio e com as luminárias, na festividade de 15 de setembro de 1821.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 130.
15 setembro 1821	Cópia do Auto de toda a festividade nacional do dia 15 de setembro de 1821, pelo Senado da Câmara.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 131.
28 setembro 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor da Resolução das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 26 de setembro de 1821, e da Resolução régia, de 27 de setembro de 1821, que decretavam como datas de festividade nacional, para solenização de aniversário, os dias 14 de agosto, 15 de setembro e 1 de outubro de 1820 e 26 de janeiro e 26 de fevereiro de 1821.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 134.
1 outubro 1821	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do dia 1 de outubro de 1821.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 135.
3 outubro 1821	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 26 de setembro de 1821, a remeter ao Senado da Câmara de Lisboa, para deferimento ou consulta, o pedido do diretor da obra do monumento a erigir na praça do Rossio, Domingos António de Sequeira, a solicitar o reembolso das despesas já efetuadas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 14 a 14v.
8 outubro 1821	Cópia da Portaria de D. João VI, de 3 de outubro de 1821, a determinar que as duas casas que tinham sido postas à disposição dos juizes de facto deviam ser suficientemente adornadas e qual a distribuição de lugares para o oficialato e para o público que quisesse assistir às sessões.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 136.
8 outubro 1821	Registo da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as eleições dos juizes de facto e com a preparação das duas casas que lhes tinham sido destinadas, que também serviam para as Conferências da Comissão das Cadeias e para algumas Conferências dos Diretores do Banco Nacional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 137.
21 outubro 1821	Registo do ofício de 24 de setembro de 1821, de Domingos António de Sequeira, diretor da obra do monumento comemorativo da perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820, a erigir no Rossio, no qual solicita o pagamento das despesas já efetuadas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 14v a 15.
27 outubro 1821	Registo da Consulta sobre o pedido de Domingos António de Sequeira, diretor da obra do monumento comemorativo da perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820, a erigir no Rossio, que solicitava o pagamento das despesas já efetuadas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 22v a 23v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
31 outubro 1821	Registo de cópias remetidas pelo Senado da Câmara de Lisboa à Junta da Fazenda da Cidade relativas aos materiais a usar na construção do monumento comemorativo da praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 16 a 16v.
31 outubro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 20 de outubro de 1820, a remeter ao Senado da Câmara o pedido de Domingos António de Sequeira, diretor da obra do monumento comemorativo da perpétua memória dos gloriosos feitos de 24 de agosto, de 15 de setembro e de 1 de outubro de 1820, no qual solicitava o reembolso de parte da quantia que tinha gasto na compra de vários materiais de construção.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 16v a 17.
7 novembro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 5 de novembro de 1821, a determinar à Junta da Fazenda da Cidade que despache favoravelmente o pedido de Domingos António de Sequeira, diretor da obra do monumento comemorativo da praça do Rossio, que pretendia ser reembolsado da quantia gasta nos materiais de construção.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 17 a 17v.
7 novembro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 5 de novembro de 1821, a remeter à Junta da Fazenda da Cidade uma cautela, no valor de 525\$000 réis, para ajuda nas despesas do monumento a erigir na praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 17v.
16 novembro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 13 de novembro de 1821, a informar a Junta da Fazenda da Cidade que as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa tinham aprovado a doação feita pelos oficiais inferiores e pelos soldados do Regimento de Cavalaria nº 8, no valor de 73\$540 réis, para as despesas do Monumento Constitucional da praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 18 a 18v.
24 novembro 1821	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar as ordens expedidas pelo intendente geral da Polícia ao comandante da Guarda da Polícia, relativas às competências das patrulhas, para proteção e segurança dos cidadãos.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 139.
29 novembro 1821	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a continuação da obra do monumento constitucional do Rossio, a cargo de Domingos António de Sequeira.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 85v a 87v.
12 dezembro 1821	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de dezembro de 1821, a remeter à Junta da Fazenda da Cidade a Representação de Domingos António de Sequeira, diretor da obra do monumento da praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 19.
18 janeiro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a abertura de uma loja para venda de atas e diários das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 19 a 20.
26 janeiro 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado com o <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António no dia 26 de janeiro de 1822, em celebração do aniversário da instalação das Cortes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 141.
30 janeiro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 19 de janeiro de 1821, a remeter ao presidente da Junta da Fazenda da Cidade os donativos do brigadeiro governador da Beira, de militares e de civis, no valor de 205\$270 réis, destinados às despesas do Monumento Constitucional.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 20v a 21v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
17 fevereiro 1822	Registo da Consulta sobre a Representação do escrivão do Senado da Câmara de Lisboa relativa ao cerimonial a observar na entrada do príncipe real em Lisboa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 144v a 145.
26 fevereiro 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do dia 26 de fevereiro de 1822 em celebração do aniversário do juramento da Constituição por D. João VI.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 142.
27 fevereiro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 27 de fevereiro de 1821, a participar ao Senado da Câmara de Lisboa qual devia ser a sala destinada à primeira Sessão ou à primeira Assembleia Geral da Câmara Constitucional.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 22.
24 abril 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre o requerimento de João Domingues Bomtempo, que solicitava o pagamento de 480\$000 réis pela função de diretor musical que desempenhara no dia do juramento das bases da Constituição.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 87v a 88v.
13 maio 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do dia 13 de maio de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 152.
1 junho 1822	Registo da Carta régia de D. João VI, na qual faz mercê de comendas das ordens honorárias de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição, aos membros do Senado que assistiram ao solene ato do lançamento da primeira pedra do monumento evocativo da Regeneração Política, na praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 112 a 112v.
6 junho 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a Procissão do Corpo de Deus no dia 6 de junho de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 153.
6 junho 1822	Registo do Decreto de D. João VI, de 4 de junho de 1822, que anunciava o nascimento, no Rio de Janeiro, de uma nova infanta, filha da princesa real, no dia 11 de março de 1822, e determinava que se fizesse Grande Gala na Corte, com três dias de luminárias e outros costumes próprios da ocasião.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de registo de decretos de D. João VI, f. 111v a 112.
8 junho 1822	Registo da relação de despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as demonstrações de júbilo pelo feliz parto da princesa D. Maria Teresa.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 154.
4 julho 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara com as luminárias, no dia 4 de julho de 1822, por ocasião do aniversário da chegada de D. João VI à capital do reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 157.
22 julho 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor da Portaria de D. João VI, de 27 de julho de 1822, que determinava que se executasse o disposto no Decreto das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, de 11 de julho de 1822, que estipulava o modo como se deviam processar as eleições para os deputados das Cortes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 158.
23 julho 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as eleições de deputados para a nova legislatura.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 154 a 154v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
30 julho 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a nomeação dos presidentes para as assembleias eleitorais.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 157 a 157v.
3 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor da Carta de Lei, de 17 de julho de 1821, que mandava executar o decretado pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, relativamente ao modo de se elegerem os deputados para a legislatura de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 160.
3 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a distribuição dos distritos das assembleias eleitorais de Lisboa.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 161.
3 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar, nos termos do disposto na Carta de Lei de 17 de julho de 1822, a lista das freguesias do termo de Lisboa e dos ministros distribuídos por 17 presidenciais, da responsabilidade dos ministros nomeados para o efeito.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 162.
3 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar, a distribuição de ministros pelas 59 Assembleias da cidade e termo, conforme a Carta de Lei de 17 de julho de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 163.
7 agosto 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução da Carta de Lei de 27 de julho de 1822 relativa à eleição dos oficiais das Câmaras.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 165.
8 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar que, para não existirem dúvidas na concorrência de listas separadas para deputados de Cortes e seus substitutos, os nomes dos eleitos substitutos podiam ser compreendidos na lista de deputados.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 164.
8 agosto 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa que, em execução do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, remete uma relação das verbas lançadas no cofre da cidade, resultantes de donativos oferecidos por alguns cidadãos, para a obra do monumento da praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 168 a 168v.
9 agosto 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 30 de julho de 1822, a solicitar ao Senado da Câmara de Lisboa uma relação das quantias entradas nos cofres da cidade resultantes de donativos, de cidadãos, para o monumento nacional, a erigir na praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 3º de registo de consultas de D. João VI, f. 7.
10 agosto 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a possibilidade do Regimento nº 23 votar nas eleições das Cortes.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 170v a 171.
12 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a mandar apurar a responsabilidade para o facto de, na freguesia de Santa Engrácia, terem sido afixados manuscritos nas portas das igrejas, nos quais se declaravam as circunstâncias dos que deviam ser votados em Cortes e que não eram da letra da Carta de Lei, nem da Portaria de 17 e de 27 de julho de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 166.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
14 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a Resolução das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa de 13 de agosto de 1822, que decretava direito de voto nas eleições para deputados de Cortes, para os cidadãos militares dos Regimentos de Infantaria nº 10 e nº 23 sem um ano findo de aquartelamento em Lisboa e para os empregados públicos e beneficiados sem um ano completo de residência.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 167.
17 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar que, em conformidade com o disposto na Carta de Lei de 17 de julho de 1822, os caixeiros das diferentes classes podiam ser integrados nas assembleias eleitorais.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 168.
20 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar, em conformidade com a Carta de Lei de 17 de julho de 1821, a obrigatoriedade das Juntas dos Concelhos se reunirem no dia 15 de agosto de 1822, para no domingo seguinte, em Junta de Cabeça de Divisão, se apurarem, pela pluralidade decretada, os vencidos para deputados de Cortes e seus substitutos.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 169.
24 agosto 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias dos dias 24 de agosto de 1822, por ocasião do aniversário da Regeneração Política.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 171.
26 agosto 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as dúvidas suscitadas em algumas assembleias eleitorais.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 178 a 178v.
27 agosto 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar que, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Carta de Lei de 17 de julho de 1822, todos os mesários, portadores das assembleias eleitorais, deviam comparecer com as cópias das respetivas atas perante a Junta de Cabeça de Divisão, no dia 1 de setembro, pelas 9 horas da manhã.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 172.
6 setembro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 3 de setembro de 1822, a participar ao Senado da Câmara de Lisboa que, em conformidade com a Carta de Lei de 31 de dezembro de 1821, deve receber notas do Banco de Lisboa, quando as mesmas forem oferecidas em pagamento.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 25v a 26.
7 setembro 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar os resultados das eleições para deputados das Cortes de 1822, da Primeira Assembleia da Divisão Eleitoral de Lisboa, termo e concelho de Oeiras.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 195.
10 setembro 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a lista dos vinte e sete eleitos com pluralidade relativa, dos quais nove viriam a ser votados para substitutos de deputados de Cortes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 173.
10 setembro 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar a lista remetida pela Junta da Cabeça de Divisão, dos vinte e sete com pluralidade relativa para serem votados como deputados de Cortes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 174.
14 setembro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as eleições da Câmara e dos juizes de facto.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 153 a 154.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
15 setembro 1822	Relação das despesas efetuadas pelo Senado com luminárias no dia 15 de setembro de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 176.
17 setembro 1822	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 13 de setembro de 1822, a determinar que o Senado desse início às providências necessárias para a festividade de <i>Missa Solene e Sermão</i> na Igreja de São Domingos, por ocasião do juramento da <i>Constituição Política da Monarquia</i> .	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 29 a 29v.
28 setembro 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a publicitar o teor da Portaria de D. João VI, de 28 de setembro de 1822, que determinava qual o cerimonial a observar no dia 1 de outubro, data em que iria, no Paço das Cortes, aceitar e jurar a <i>Constituição Política da Monarquia</i> .	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 180.
5 outubro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução da Carta de Lei de 27 de julho relativa às eleições das Câmaras.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 171 a 171v.
5 outubro 1822	Edital a publicitar os artigos da Carta de Lei de 27 de julho de 1822 em matéria de composição de Câmaras e de processos de eleição para os cargos fixados.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 182.
5 outubro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução da Carta de Lei de 27 de julho de 1822, relativa às eleições das Câmaras.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 171 a 171v.
11 outubro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 8 de outubro de 1822, a determinar à Junta da Fazenda da Cidade que, por ordem de D. João VI, suspendesse as demonstrações de júbilo que, segundo costume, deviam ter lugar na data do nascimento do príncipe real, devido à conduta do infante e aos factos por ele praticados de contravenção às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 27 a 27v.
17 outubro 1822	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 14 de outubro de 1822, que determina o primeiro domingo de novembro do mesmo ano para a data do juramento da <i>Constituição Política da Monarquia</i> , devendo comparecer na Igreja de São Domingos os chefes de todas as repartições públicas, civis e eclesiásticas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 29v a 30.
14 outubro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as festividades a assegurar no dia 3 de novembro de 1822 para o juramento da <i>Constituição</i> , na Igreja de São Domingos.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 181 a 181v
16 outubro de 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 14 de outubro de 1822, a determinar à Junta da Fazenda da Cidade para que, nos termos do disposto em matéria de dívida pública, no nº 229 do artigo 11º da Carta de Lei de 16 de setembro de 1821, lhe remeta duas relações das dívidas contraídas entre 24 de agosto de 1820 e 30 de junho de 1822, para satisfação das ordens das Cortes e para fiscalização dos títulos a liquidar.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 27v a 28
17 outubro 1822	Registo do ofício remetido pelo Senado da Câmara de Lisboa à Junta da Fazenda da Cidade, relativo à Portaria de 13 de outubro de 1822, que determinava o envio à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de uma relação de despesas e de receitas previstas para o ano de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 32v a 33

Data(s)	Resumo	Suporte documental
19 outubro 1822	Edital do Senado da Câmara de Lisboa a anunciar que, no dia 3 de novembro de 1822, iria celebrar-se na Igreja de São Domingos a solene festividade, por ocasião do juramento a prestar por todas as autoridades residentes na capital à <i>Constituição Política da Monarquia</i> .	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 185.
22 outubro 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias do primeiro de outubro de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 181.
31 outubro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a etiqueta das precedências a observar no juramento da <i>Constituição Política da Monarquia</i> , de forma a que os encarregados das cerimónias saibam como proceder.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 191.
2 novembro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa a remeter para conhecimento régio a resposta que o presidente eleito da nova Câmara dirigiu ao conselheiro vereador que serve de presidente, sobre a marcação de data para a posse da nova Câmara eleita.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 192 a 192v.
3 novembro 1822	Cópia da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Igreja de São Domingos, por ocasião do juramento da Constituição, no dia 3 de novembro de 1822.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 190.
16 novembro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, de 12 de novembro de 1822, a determinar à Secretaria da Junta da Fazenda da Cidade que lhe remeta uma relação circunstanciada de todos os empregados do Tribunal do Senado da Câmara, com declaração de vencimentos e origem dos pagamentos.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 34 a 34v.
18 novembro 1822	Registo da Consulta sobre a execução da Portaria de 4 de outubro de 1822, que determinava à Câmara de Lisboa o envio da relação de todos os empregados do Tribunal do Senado.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 194.
22 novembro 1822	Registo da Consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução da Portaria de 20 de novembro de 1822, que determinava o envio do orçamento previsto para receitas e despesas do ano de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 195v a 196v.
1 dezembro 1822	Registo do resumo das despesas extraordinárias efetuadas desde 15 de setembro de 1820 até à extinção do Senado, com a posse da Câmara Constitucional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 194.
1 dezembro 1822	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado com as eleições de deputados para as Cortes de 1823 e com a eleição da nova Câmara.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 196.
11 dezembro 1822	Registo do discurso proferido por Manuel Cipriano da Costa, escrivão da Câmara, aos senadores, na sua última sessão.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 197.
12 dezembro 1822	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 10 de dezembro de 1822, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa que, em conformidade com o Decreto de 20 de novembro de 1822, proceda à liquidação dos títulos de dívida pública em todas as estações da sua competência.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 34v a 35.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
13 dezembro 1822	Edital a publicitar o teor do discurso proferido pela vereação eleita aos habitantes da cidade de Lisboa e seu termo durante a primeira sessão da Câmara Constitucional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 199.
13 dezembro 1822	Registo do teor do discurso de Manuel Cipriano da Costa, escrivão do extinto Senado, dirigido à Câmara Constitucional de Lisboa, no qual profere estima e respeito pela causa constitucional e louva o mérito da nova Representação da Cidade.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 200.
14 dezembro 1822	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 12 de dezembro de 1822, a estabelecer que a Câmara Constitucional de Lisboa, por ordem de D. João VI, envie uma relação de todas as pensões ordinárias pagas pela Fazenda da Cidade junto com os títulos de concessão, a fim de serem tramitadas às Cortes para cumprimento.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 1v.
18 dezembro 1822	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 17 de dezembro de 1822, a determinar à Câmara Constitucional de Lisboa que, por ordem de D. João VI, cumpra e execute o disposto na Portaria de 12 de dezembro de 1822, que estabelecia que fosse enviada uma relação de pensões ordinárias atribuídas com declaração de títulos e de razões de concessão.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 4v.
19 dezembro 1822	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar quais os procedimentos necessários para se efetuarem requerimentos para despacho da Vereação.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, doc. 201.
23 dezembro 1822	Registo da Consulta da Câmara Constitucional de Lisboa sobre a execução do artigo 30 da Carta de Lei de 27 de julho de 1822, que determinava que as Câmaras continuassem a ter as mesmas atribuições, exceto a de não exercitarem a jurisdição contenciosa da Almotaxaria a qual passava para magistrados que, em caso de necessidade, seriam requisitados.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 6º de registo de consultas de D. João VI, f. 9 a 11.
4 janeiro 1823	Registo da Consulta da Câmara Constitucional de Lisboa sobre as atribuições gerais das Câmaras do reino fixadas num capítulo da <i>Constituição Política Portuguesa</i> e na Carta de Lei de 27 de julho 1822.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 6º de registo de consultas de D. João VI, f. 13v a 18.
13 janeiro 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 8 de janeiro de 1823, a determinar à Junta da Fazenda da Cidade que lhe remeta com urgência, satisfazendo as ordens das Cortes, uma relação circunstanciada de todos os empregados.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 36 a 36v.
17 janeiro 1823	Registo da Representação da Câmara Constitucional de Lisboa na qual se requer permissão para que as pessoas que, por motivo de ausência ou enfermidade, não puderam fazer o juramento à <i>Constituição Política da Monarquia Portuguesa</i> dentro do termo aprazado pela Lei de 11 de outubro de 1822, possam fazê-lo com assinatura em Auto competente.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 6º de registo de consultas de D. João VI, f. 33v a 34.
26 janeiro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a festividade de 26 de janeiro de 1823, em comemoração do aniversário da instalação das Cortes.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 9.
6 fevereiro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias de 6 de fevereiro de 1823 em comemoração do aniversário da coroação de D. João VI.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 15.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
17 fevereiro 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 15 de fevereiro de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que qualquer negócio que tenha que comunicar à Coroa deverá ser feito por escrito e pela competente Secretaria.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 25v a 26.
17 fevereiro 1823	Registo da Representação da Câmara Constitucional de Lisboa, de 10 de fevereiro de 1823, na qual expõe o agrado e a honra por o Corpo Municipal poder vir a integrar a figuração do cerimonial de beija-mão, na Sala do Dossel do Paço.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 6º de registo de consultas de D. João VI, f. 57 a 58.
25 fevereiro 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 25 de fevereiro de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que D. João VI concedeu permissão ao Corpo Municipal para estar presente e para participar no cerimonial de beija-mão.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 30 a 30v.
25 fevereiro 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 17 de fevereiro de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que, conforme estabelecido na Constituição, nos rituais cerimoniais, compete ao Congresso das Cortes a representação da capital e ao Corpo Municipal a atribuição de assinalar a delegação de habitantes.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 30v a 31.
26 fevereiro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias de 26 de fevereiro de 1823.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 22.
4 março 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de março de 1823, a declarar à Câmara Constitucional de Lisboa que, em conformidade com o estabelecido em Sessão de Cortes de 28 de fevereiro de 1823, deve apresentar ao Governo uma proposta de reforma administrativa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 32v.
12 março 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 12 de março de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que D. João VI autoriza que o Corpo Municipal seja admitido no Paço, no dia 13 de março de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 36v a 37.
18 março 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 11 de março de 1823, a participar à Junta da Fazenda da Cidade que, por Portaria de 4 de março de 1823, foi expedida ordem à Câmara de Lisboa para que esta procedesse a um plano de reforma administrativa.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 40v a 41.
22 março 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar o teor da Carta de Lei, de 18 de março de 1823, na qual D. João VI mandava executar o decretado pelas Cortes que, em observância do artigo 174º da Constituição, ordenava a formação provisória de uma "Guarda Nacional para Defesa da Constituição Política da Monarquia, da Manutenção da Segurança e da Ordem Pública".	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 27.
29 março 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a anunciar aos cidadãos da cidade que se haviam reunido em Sessão de Vereação para dar execução ao objeto da Carta de Lei de 22 de março de 1823, que estipulava a formação dos diferentes corpos da Guarda Nacional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 28.
5 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar os três primeiros artigos da Carta de Lei de 22 de março de 1823 relativos à formação da Guarda Nacional e aos termos pelos quais se devia reger o alistamento nos diferentes corpos.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 29.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
5 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar a distribuição dos distritos das assembleias eleitorais de Lisboa.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 30.
7 abril 1823	Registo da Representação da Câmara Constitucional de Lisboa na qual expõe a necessidade de se realizarem Cortes Extraordinárias para promulgação do Regulamento dos Guardas Nacionais, a quem competia defender a Constituição, manter a segurança e a tranquilidade pública.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 6º de registo de consultas de D. João VI, f. 89 a 90.
11 abril 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 10 de abril de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que não detém competência para nomear empregados para a Assembleia estabelecida para o alistamento das guardas nacionais.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f. 47 a 47v.
16 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a congratular os cidadãos da cidade e seu termo pelo alistamento voluntário na Guarda Nacional e a determinar a obrigatoriedade de se juntarem nos respetivos distritos após publicação do Aviso sobre essa matéria.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 32.
21 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar quais os termos pelos quais se devia proceder às eleições dos oficiais das companhias que iam entrar na composição dos oito batalhões de Infantaria e no Esquadrão da Cavalaria.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 33.
23 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a anunciar quais os procedimentos necessários à conclusão das eleições dos oficiais indicados nas respetivas divisões e a publicitar que iria enviar atempadamente às Comissões das Freguesias as listas de todos os subscritores.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 34.
24 abril 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar a transferência da delegação eleitoral da freguesia de São Sebastião para a do Sacramento por coincidir com a realização, no dia 17 de abril, da festividade do mártir São Sebastião.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 35.
24 abril 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 22 de abril de 1823, a determinar à Câmara Constitucional de Lisboa que, por ordem de D. João VI, faça subir com brevidade o plano para a reforma administrativa, mandado fazer por Portaria de 3 de março de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 53v.
30 abril 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 30 de abril de 1823, a determinar à Câmara Constitucional de Lisboa que distribua cera às ordens regulares, à Santa Igreja Patriarcal, à Basílica de Santa Maria, ao clero secular, aos grã-cruzes, aos comendadores e aos cavaleiros das ordens militares, para uso na Procissão do Corpo de Deus.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 58 a 58v.
2 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 2 de maio de 1823, a solicitar à Câmara Constitucional de Lisboa, que envie informação relativa a quem foi a pessoa designada para receber no Tesouro Público as consignações que lhe são destinadas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 59.
6 maio 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 5 de maio de 1823, a informar que D. João VI estipulou um prazo de vinte e quatro horas para que se informe sobre o motivo pelo qual não cumpriu as requisições da Câmara da Cidade indispensáveis à organização do plano de reforma que lhe tinha sido solicitado.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 42 a 42v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
10 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 9 de maio de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que D. João VI concedeu ao Corpo Municipal a honra de concorrer ao Paço no dia do seu aniversário, nas datas destinadas ao cerimonial de beija-mão e no cortejo por ocasião de festividade nacional.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 60v.
15 maio 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 10 de maio de 1823, a ordenar à Junta da Fazenda da Cidade que envie de imediato o plano de reforma administrativa, do qual tinha sido incumbida por Portaria de 5 de maio de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1823, f. 42v.
22 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 17 de maio de 1823, a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que, por ordem de D. João VI, deve tomar todas as providências para que a praça do Rossio esteja ornada na forma e estilo que, segundo costume, assiste à Procissão do Corpo de Deus, que sai da Igreja de São Domingos com a imagem de São Jorge e aí se recolhe.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 63 a 63v.
23 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a informar a Câmara Constitucional de Lisboa que, na forma do costume, competia ao vereador que servia como presidente pegar na vara do pátio coberto do manto da sua ordem.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 65.
26 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 26 de maio de 1823, a informar o presidente da Câmara Constitucional de Lisboa que D. João VI lhe havia concedido a honra de segurar numa das varas do pátio na Procissão do Corpo de Deus.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 67.
26 maio 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 23 de maio de 1823, a remeter à Câmara Constitucional de Lisboa o plano de reforma proposto pela Junta da Fazenda da Cidade, solicitando-se que faça expedir com brevidade o plano geral do qual procede.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 66.
28 maio 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a louvar os nobres e distintos cidadãos que compunham os dez corpos da Guarda Nacional da cidade, pela manutenção da tranquilidade pública e pela demonstração de firmeza no cumprimento dos deveres.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 40.
29 maio 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a recomendar aos cidadãos da cidade que mantivessem os seus deveres com subordinação, com afeto e com prudência, contribuindo para a tranquilidade pública.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 41.
29 maio 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a cera extraordinária gasta na Procissão do Corpo de Deus, no dia 29 de maio de 1823.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 42.
31 maio 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a reconhecer e a louvar o contributo dos cidadãos da cidade e seu termo na promoção da ordem e da tranquilidade pública nos momentos mais críticos da vida política.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 43.
31 maio 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a apelar aos cidadãos da cidade e seu termo para continuarem durante a crise da vida política na exemplar conduta de sossego público.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 44.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
1 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a anunciar que já havia suplicado a D. João VI para que voltasse para a capital e a expressar a confiança na honra e no carácter dos cidadãos da cidade e seu termo para coadjuvarem na tranquilidade pública.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 45.
1 junho 1823	Registo da relação da despesa feita com as Guardas Cívicas no dia 1 de junho de 1823.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 62.
2 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar o teor da Resolução das Cortes Extraordinárias, de 2 de junho de 1823, que determinava que, até à nomeação do sucessor de José António Guerreiro, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que se havia demitido, ficaria encarregue da segurança pública o general comandante em chefe do Exército coadjuvado por todas as autoridades públicas, tanto militares como civis.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 46.
2 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar a autorização concedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ao general comandante em chefe para que desse destino no serviço militar a todos os militares de qualquer das três armas, que se achassem na cidade sem emprego, separados dos seus corpos, ou fora do serviço efetivo, para que se dirigissem todas as forças para repelir com castigo o desenfreio dos "anarquistas facinorosos" que atentavam contra a segurança e o sossego públicos e a vida dos cidadãos.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 47.
2 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a publicitar o teor do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, de 2 de junho de 1823, no qual se comunicava a satisfação de D. João VI pelas medidas tomadas pela cidade, durante a sua ausência, para manutenção do sossego público.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 48.
2 junho 1823	Edital a publicitar o teor do Aviso da Secretaria de Estado da Justiça que informava que D. João VI determinava que a Câmara Constitucional de Lisboa, em seu nome, louvasse a Guarda Nacional por ter concorrido para a manutenção da tranquilidade pública.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 51.
2 junho 1823	Registo da relação efetuada pela extinta Câmara de Lisboa na deputação que foi à real presença, a Vila Franca [de Xira], no dia 2 de junho de 1823.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 49.
3 junho 1823	Edital a publicitar o teor do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 3 de junho de 1823, que informava que D. João VI retornaria à capital do reino no dia 5, dirigindo-se logo para a Igreja do Convento de São Domingos para assistir a um <i>Te Deum</i> por ação de graças, competindo à Câmara de Lisboa proceder a todos os preparativos para a solenidade com o decoro exigível numa entrada régia.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 50.
4 junho 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, de 4 de junho de 1823, a solicitar à Câmara Constitucional de Lisboa que lhe remeta com brevidade uma cópia das ordens de D. João VI, relativas ao seu regresso para a capital do reino.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 69.
5 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a convidar os moradores da cidade a iluminarem as janelas das suas propriedades, nas noites dos dias 5, 6 e 7 de junho, em demonstração de júbilo pelo triunfo com que D. João VI entrou com o Infante D. Pedro na capital do reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 52.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
5 junho 1823	Edital da Câmara Constitucional de Lisboa a convidar os moradores da cidade a iluminarem as janelas das suas propriedades, nas noites dos dias 5, 6 e 7 de junho, em demonstração de júbilo pelo triunfo com que D. João VI entrou com o Infante D. Pedro na capital do reino.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1833, doc. 37.
5 junho 1823	Registo da relação da despesa efetuada com luminárias nas casas da Câmara de Lisboa e com o <i>Te Deum</i> na Sé, no dia 5 de junho de 1823, por ocasião da entrada de D. João VI restituído dos seus legítimos direitos.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 53.
10 junho 1823	Edital a publicar o teor do Aviso da Secretaria de Estado da Justiça, de 2 de junho de 1823, no qual se informava a Câmara Constitucional de Lisboa que D. João VI louvava e aprovava as medidas tomadas pela cidade para manutenção do sossego público e determinava que as mesmas fossem conservadas para continuação da boa ordem.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 54.
10 junho 1823	Registo do ofício da Câmara de Lisboa a remeter à Junta da Fazenda da Cidade uma cópia do Aviso de D. João VI, de 3 de junho de 1823, que encarregava a Câmara de Lisboa de organizar a entrada régia de 5 de junho de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 43 a 43v.
17 junho 1823	Registo do Decreto de D. João VI, de 10 de junho de 1823, a determinar o efeito suspensivo da Carta Constitucional de 1822 e a estipular que em todas as terras do reino as Câmaras Constitucionais fossem substituídas por aquelas que as tinham precedido.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 72v a 73.
18 junho 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 17 de junho de 1823, a remeter à Câmara de Lisboa a cópia da Carta de Lei de 10 de junho de 1823, que determina que as Câmaras atuais fossem substituídas pelas Câmaras que as precederam e que extinguiu os substitutos dos juizes de fora, passando a Vara em caso de ausência ou impedimento ao vereador mais antigo.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de portarias de D. João VI, f. 72 a 72v.
18 junho 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 17 de junho de 1823, a remeter à Câmara de Lisboa a cópia da Carta de Lei de 10 de junho do corrente ano, na qual D. João VI determinava a extinção das Câmaras em vigência, substituindo-as pelas que tinham precedido e estipulava a cessação do cargo de substituto dos juizes de fora, cujas varas, em situação de ausência ou de impedimento, transitavam para o vereador mais antigo em exercício de funções.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 55.
24 junho 1823	Registo da relação da despesa feita com as luminárias de 24, 25 e 26 de junho de 1823 por ocasião da entrada em Lisboa do conde de Amarante, no dia 24 de junho.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 57.
26 junho 1823	Registo da consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a escavação dos alicerces para o monumento constitucional, na praça do Rossio.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 204v a 205.
7 julho 1823	Registo da consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as declarações ordenadas na Carta de Lei de 20 de junho de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 210v a 211.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
18 julho 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado da Fazenda, de 17 de julho de 1823, a informar ter sido presente ao rei a declaração que o presidente, deputados e empregados da Junta da Fazenda da Cidade fizeram em cumprimento da Carta de Lei de 20 de junho de 1823, obrigando-se a não pertencer a quaisquer sociedades secretas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 44 a 44v.
4 agosto 1823	Registo da consulta sobre o requerimento do escrivão da Câmara, oficial maior, oficiais da Secretaria e guarda-mor do Senado da Câmara de Lisboa, que solicitavam despacho de condecoração pelos serviços que tinham prestado na chegada de D. João VI a Portugal.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 215v a 217.
8 agosto 1823	Registo do Aviso relativo à dúvida da Junta da Fazenda da Cidade ocorrida sobre o pagamento da quantia de 528\$000 réis em que tinham importado as bandeiras da Guarda Nacional.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 44v.
18 agosto 1823	Registo da relação das despesas efetuadas pelo Senado por ocasião da entrada do eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca no dia 18 de agosto de 1823 a que precedeu um bando que a anunciou.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 61.
22 agosto 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 20 de agosto de 1823, a remeter à Junta da Fazenda da Cidade ordem para eliminar dos livros do seu Arquivo todos os registos dos documentos que obrigavam os seus membros a prometer e jurar obediência às instituições políticas opressivas e ilegais.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 45v.
25 agosto 1823	Registo da consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre a execução do Aviso de 20 de agosto de 1823 relativo à destruição do documento que obrigava o Senado ao juramento às instituições políticas.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 241v a 243v.
29 agosto 1823	Registo da consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as onze declarações relativas à Carta de Lei de 20 de junho de 1823.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 246 a 246v.
29 agosto 1823	Registo da consulta em que o Senado pedia a faculdade para usar as numerosas assinaturas do livro original do Auto do Juramento prestado por todas as autoridades à Constituição.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 5º de registo de consultas de D. João VI, f. 243v a 244v.
17 setembro 1823	Registo da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 13 de setembro de 1823, a determinar ao Senado da Câmara de Lisboa que desse início às providências necessárias para a festividade da <i>Missa Solene e Sermão</i> na Igreja de São Domingos, por ocasião do juramento da <i>Constituição Política da Monarquia</i> .	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 29 a 29v.
19 setembro 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 13 de setembro de 1823, a informar o Senado da Câmara de Lisboa sobre o recolhimento e luto de D. João VI, por ocasião da morte do Papa Pio VII.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 46 a 46v.
4 outubro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado com as luminárias e com o bando no dia 4 de outubro de 1823, por ocasião das notícias de Espanha estar livre da opressão constitucional.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 66.
14 outubro 1823	Registo da consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre as festividades que deverão ter lugar no dia 3 de novembro para o juramento da <i>Constituição Política da Monarquia</i> , na Igreja de São Domingos.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro 4º de registo de consultas de D. João VI, f.181 a 181v.

Data(s)	Resumo	Suporte documental
31 outubro 1823	Registo do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 31 de outubro de 1823, a determinar, por ordem de D. João VI, três dias de luminárias e de suspensão de despacho dos tribunais, por ocasião da eleição do Papa Leão XII.	AML-AH, Chancelaria Régia, Livro de registo de decretos e avisos dirigidos à Contadoria, 1821-1827, f. 46v a 47.
7 novembro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com as luminárias, com o bando e o <i>Te Deum</i> na Real Casa de Santo António, nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 1823, por ocasião da eleição do Papa Leão XII.	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 67.
27 novembro 1823	Registo da relação da despesa efetuada pelo Senado da Câmara de Lisboa com a festividade de Missa Solene e <i>Te Deum</i> na Igreja de Nossa Senhora da Graça no dia 27 de novembro de 1823, por ocasião do <i>Restabelecimento da Monarquia Independente</i> .	AML-AH, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, doc. 70.

ANEXO I - REVOLUÇÃO LIBERAL:

RELAÇÃO SINÓPTICA DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS COM EVENTOS E CELEBRAÇÕES EVOCATIVAS (1820-1823)

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
15, 16 e 17 setembro 1820	Celebração da <i>Regeneração Política</i>.	Iluminação das Casas de Conferências do Senado da Câmara de Lisboa.	77\$295
1, 2 e 3 outubro 1820	Celebração da <i>Entrada do Governo do Porto em Lisboa</i>.	Divulgação pública da festividade com bando a cavalo escoltado pela Guarda da Polícia.	273\$930
		Iluminação de edifícios da administração do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Sessões públicas de música.	
24 novembro 1820	Celebração de <i>Ação de Graças pela União dos Governos de Lisboa e Porto na Igreja do Convento de São Domingos</i>.	Divulgação pública da festividade com bando a cavalo.	4:531\$785
		Distribuição de cartas de convite.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Formação, na porta principal da igreja, de guarda de honra pelo Batalhão de Infantaria nº 21.	
		Adorno do interior da igreja.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> .	
		Coro a dezoito vozes e trinta e sete instrumentos.	
		Engalanamento de oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.	
Distribuição de bandejas de doces.			

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
10, 17 e 24 dezembro 1820	Celebração de Eleições Paroquiais, de Províncias e de Comarcas.	Divulgação pública da festividade, na cidade e termo, com bando a cavalo escoltado pela Guarda da Polícia e girândolas de fogo no início e <i>terminus</i> do percurso. Demonstrações públicas de júbilo com evidência de fausto. Sessões públicas de música com 375 instrumentistas dos regimentos, nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 21, 22 e 24, de cavalaria, infantaria e caçadores.	651\$205
26, 27 e 28 janeiro 1821	Celebração de Abertura de Cortes.	Divulgação pública com bando a cavalo escoltado pela Guarda da Polícia e com girândolas de fogo no início e no <i>terminus</i> do percurso. Iluminação pública dos trajetos de publicitação. Demonstrações públicas de júbilo com evidência de fausto. Sessões públicas de música com 159 músicos dos regimentos nºs 1, 2, 4, 6, 10, 12, 18 e 24, de cavalaria, infantaria e caçadores.	577\$050
15 fevereiro 1821	Celebração da Chegada dos Deputados da Ilha da Madeira.	Divulgação pública com afixação de editais. Iluminação de edifícios públicos.	32\$775
final de 1820 e início de 1821	Celebração das Eleições dos Deputados para as Cortes de Lisboa na Igreja de Santa Maria Maior e na Sala de Receções do Senado da Câmara de Lisboa.	Divulgação pública na cidade e termo com bando a cavalo e girândolas de fogo no início e no <i>terminus</i> do percurso. Iluminação pública dos trajetos de publicitação. Iluminação da fachada e do interior da igreja. Iluminação do edifício do Senado da Câmara de Lisboa. Sessões públicas de música instrumental e vocal. Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> na igreja. Missa na Sala de Receções do Senado da Câmara de Lisboa, no dia das eleições. Sessões de música na Sala de Receções do Senado por instrumentistas do regimento de infantaria nº 21. Adorno da Sala de Receções do Senado da Câmara de Lisboa. Guarda de honra da Polícia à porta da Sala de Receções do Senado da Câmara de Lisboa. Distribuição de bandejas de doces. Exposição dos livros de registo de eleições.	2:337\$425
29 março 1821	Celebração do Juramento das Bases da Constituição na Igreja do Convento de São Domingos.	Divulgação pública da festividade com bando a cavalo acompanhado de 202 músicos dos Regimentos nºs 1, 2, 4, 6, 10, 12, 16, 18 e 24, de Cavalaria, Infantaria e Caçadores. Divulgação a convidados com entrega de cartas de convite com evidência de fausto. Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> . Coro com músicos da Academia de Santa Cecília. Adorno e aromatização da igreja com buxo, murta e flores. Salvas de fogo de artifício. Engalanamento do oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.	6:389\$620

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
28, 29 e 30 abril 1821	Celebração da Aprovação da Constituição por D. João VI, no Rio de Janeiro, na Igreja da Real Casa de Santo António.	Divulgação com bando a cavalo acompanhado de 197 músicos dos regimentos n.ºs 1, 2, 4, 6, 10, 12, 16, 18 e 24, de infantaria, cavalaria e caçadores e de escolta da Guarda da Polícia.	1:221\$670
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno da igreja com buxo, murta e flores.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> .	
		Distribuição de Proclamações impressas.	
		Engalanamento do oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.	
30 e 31 maio 1 junho 1821	Celebração do Feliz Parto da Princesa D. Maria Teresa de Bragança na Igreja da Real Casa de Santo António.	Anúncio público na cidade e termo com bando a cavalo acompanhado por 125 instrumentistas dos regimentos n.ºs 1, 4, 6, 10, 12, 18 e 24, cavalaria, infantaria e caçadores.	1:033\$040
		Demonstrações públicas de júbilo com girândolas de fogo.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno da igreja.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> .	
4 julho 1821	Celebração do Desembarque de D. João VI, no Cais da Pedra e na Igreja da Sé Patriarcal.	Divulgação pública na cidade e termo com bando a cavalo.	5:569\$450
		Anúncio público na cidade e termo com afixação de editais.	
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado e da fachada da Igreja da Sé Patriarcal.	
		Adorno da igreja.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> .	
		Adorno do zona do Cais da Pedra, com revestimento do piso a alcatifa e adereços festivos.	
		Cerimónia de entrega das Chaves da Cidade com enquadramento de 5 fragatas e 380 cargas de artilharia.	
		Sessões públicas de música em coretos armados em vários locais da cidade.	
23 julho 1821	Celebração da Ação de Graças pela Feliz Chegada de D. João VI na Igreja de Santo António.	Divulgação a convidados com entrega de cartas de convite.	1:867\$420
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno e aromatização da igreja com flores, murta e alfazema.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> por coro a 18 vozes e 80 instrumentistas.	
		Salvas de fogo de artifício.	
		Distribuição de refrescos.	
24 agosto 1821	Celebração do Aniversário dos Acontecimentos do Porto.	Divulgação na cidade e termo com bando a cavalo acompanhado de músicos da cavalaria da Polícia.	634\$817
		Publicação da <i>Proclamação</i> .	
		Iluminação da frontaria do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Girândolas de fogo.	
		Sessões noturnas de música em coretos armados em vários pontos da cidade.	

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
15 setembro 1821	Celebração do Aniversário da Regeneração Política na Igreja da Real Casa de Santo António e na praça do Rossio.	Divulgação a convidados com distribuição de cartas de convite.	3:774\$035
		Iluminação da fachada e do interior da Igreja.	
		Adorno e aromatização do interior da igreja com flores, murta e lírio.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i>	
		Música de coro por vocais e instrumentistas da Academia de Santa Cecília.	
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado.	
		Lançamento da primeira pedra do <i>Monumento Constitucional</i> .	
		Lançamento do cofre de prata e chapa com inscrição a letras abertas nos alicerces do <i>Monumento Constitucional</i> .	
		Salvas de fogo de artifício.	
Engalanamento do oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.			
1 outubro 1821	Celebração do Aniversário da Entrada do Governo do Porto em Lisboa.	Divulgação pública por afixação de editais.	257\$420
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Sessões de música na zona da entrada principal do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	
26 janeiro 1822	Celebração do Aniversário da Instalação das Cortes na Igreja da Real Casa de Santo António.	Iluminação da fachada e do interior da igreja.	615\$750
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i>	
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Sessões públicas de música.	
26 fevereiro 1822	Celebração do Aniversário do Juramento da Constituição por D. João VI.	Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	247\$550
		Sessões públicas de música.	
		Iluminação de ruas da cidade.	
8 junho 1822	Celebração do Feliz Parto da Princesa D. Maria Teresa de Bragança na Igreja de Santo António.	Divulgação pública na cidade e termo com bando a cavalo escoltado pela Guarda da Polícia e acompanhado de músicos.	3:202\$225
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno da igreja.	
		Demonstrações públicas de júbilo.	
		Engalanamento do oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.	
4 julho 1822	Celebração do Aniversário da Chegada D. João VI à Capital do Reino.	Iluminação das janelas das Casas das Conferências do Senado da Câmara de Lisboa.	31\$680
24 agosto 1822	Celebração do Aniversário dos Acontecimentos do Porto.	Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	223\$745
		Sessões públicas de música.	

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
15 setembro 1822	Celebração do Aniversário da Regeneração Política.	Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	180\$215
		Sessões públicas de música.	
1 outubro 1822	Celebração do Aniversário da Entrada do Governo do Porto em Lisboa.	Divulgação pública com afixação de editais.	196\$845
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Sessões públicas de música.	
3 novembro 1822	Celebração do Juramento da Constituição na Igreja de São Francisco.	Divulgação pública com bando a cavalo acompanhado de músicos da Academia de Santa Cecília.	6:850\$395
		Anúncio público com distribuição de impressos e afixação de editais.	
		Salvas de fogo de artifício.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno da igreja.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> com coro da Academia de Santa Cecília.	
		Iluminação da frontaria do edifício do Senado.	
		Sessões públicas de música.	
1 dezembro 1822	Celebração das Eleições de Deputados para as Cortes de 1823 e da Eleição da Nova Câmara na Sé Patriarcal e nas igrejas de Santo António e de São Vicente.	Exposição no Senado da Câmara de Lisboa de adereços e acessórios com evidência de fausto para a solenização do <i>Ato de Juramento</i> (saco de veludo para o <i>Livro de Juramento</i> e penas douradas para o registo de assinaturas).	3:978\$400
		Engalanamento de oficialato do Senado da Câmara de Lisboa.	
		Divulgação pública na cidade e termo com bando a cavalo e escolta da Guarda dos Cabos da Ribeira.	
		Salvas de fogo de artifício.	
		Iluminação das fachadas e dos interiores das igrejas.	
		Adorno do interior das igrejas.	
		Música de coro por vocais e instrumentistas da Academia de Santa Cecília.	
		Iluminação da frontaria do edifício da Câmara.	
26 janeiro 1823	Celebração do Aniversário da Instalação das Cortes na Igreja de Santo António.	Sessões públicas de música.	411\$550
		Jantares comemorativos.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
26 janeiro 1823	Celebração do Aniversário da Instalação das Cortes na Igreja de Santo António.	Adorno da igreja.	411\$550
		Sessões de música vocal e instrumental.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
6 fevereiro 1823	Celebração do Aniversário da Coroação de D. João VI na Igreja da Sé Patriarcal.	Iluminação da fachada e do interior da igreja.	33\$440
1 junho 1823	Celebração da Formação das Guardas Cívicas.	Demonstrações públicas de exercícios com porte de armas e com ostentação de estandartes de oito batalhões de infantaria e de dois batalhões de cavalaria.	586\$360
5 junho 1823	Celebração da Entrada de D. João VI na Capital do Reino Restituído dos seus Legítimos Direitos, na Igreja da Sé Patriarcal.	Divulgação pública com bando a cavalo. Salvas de fogo de artifício. Iluminação da fachada e do interior da igreja. Adorno e aromatização da igreja com flores e plantas. Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> . Sessões públicas de música com 33 instrumentistas. Engalanamento de oficialato da Câmara. Distribuição de bandejas de doces e de refrescos.	1:437\$595
24, 25 e 26 junho 1823	Celebração da Entrada em Lisboa do Conde de Amarante.	Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	98\$285
4 outubro 1823	Celebração das Notícias de Espanha estar Livre da Opressão Constitucional.	Divulgação com bando a cavalo acompanhado de músicos e de escolta da Guarda da Polícia. Iluminação da frontaria do edifício do Senado da Câmara de Lisboa.	504\$480
5, 6 e 7 novembro 1823	Celebração da Eleição do Papa Leão XII, na Igreja de Santo António.	Divulgação com bando a cavalo escoltado pela Guarda da Polícia. Salvas de fogo de artifício. Iluminação da fachada e do interior da igreja. Adorno da igreja. Missa Solene e <i>Te Deum</i> . Sessões públicas de música.	589\$780

Data(s)	Evento(s) celebrado(s)	Ações / Demonstrações festivas	Total dispendido (valor estimado em réis)
27 novembro 1823	Celebração da Ação de Graças pelo Restabelecimento da Monarquia Independente na Igreja de Nossa Senhora da Graça.	Divulgação a convidados com distribuição de cartas de convite.	6:431\$885
		Salvas de fogo de artifício.	
		Iluminação da fachada e do interior da igreja.	
		Adorno e aromatização da igreja com murta, flores e louro.	
		Missa Solene e Hino <i>Te Deum</i> por coro a vinte vezes e quarenta e três instrumentos.	
		Distribuição de sermão impresso e encadernado.	
		Exposição do relicário de Santo António.	
		Distribuição de refrescos, de doces e iguarias gastronómicas.	
		Engalanamento de oficialato da Câmara.	
Guarda de honra da tropa na entrada principal da igreja.			

Fontes: AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1814-1822, docs. 91, 94, 96, 107, 107a, 107b, 107c, 112, 115, 118, 123, 124, 126, 130, 135, 141, 142, 154, 157, 171, 176, 181, 190, 196; AML, Chancelaria da Cidade, Coleção de editais da Câmara Municipal de Lisboa, 1823-1840, docs. 9, 15, 53, 57, 62, 66, 67, 70.



Maria Adelaide Emídio Brochado Lopes, Arquivo Municipal de Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal. adelaide.brochado@cm-lisboa.pt

BROCHADO, Adelaide – Revolução Liberal: relação circunstanciada de testemunhos evocativos (1820-1823). *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série Nº 15 (janeiro-junho 2021), p. 159-189. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/15/011_varia.pdf